

O DISPOSITIVO DA AIDS NA IMPRENSA DE ALAGOAS (1985/1986)

Luckah Rodrigues dos Santos¹

INTRODUÇÃO

Com a redemocratização, após décadas de ditadura militar, em 1985 o Brasil teve um presidente no poder através de eleições indiretas. Fernando Collor de Mello, um dos donos do Jornal Gazeta de Alagoas, cumpria o mandato de deputado federal, tendo se tornado governador do estado posteriormente em 1987, e presidente do Brasil em 1990. No primeiro ano da nova república, a aids² se alastrava pelo país, forçando o governo a tomar as primeiras medidas no âmbito nacional. Alguns anos antes surgem os primeiros grupos políticos organizados de homossexuais, o que foi possível no contexto do declínio da ditadura militar (RENAN QUINALHA, 2022). O grupo SOMOS foi criado em São Paulo no ano de 1978, em 1980 o Grupo Gay da Bahia (GGB) e em 1981 Grupo Dialogayde Sergipe (GDS) e Grupo de Atuação Homossexual (GATHO) em Pernambuco.

METODOLOGIA

Este texto se propõe a realizar análise foucaultiana do discurso da imprensa em Alagoas no ano de 1985, no que diz respeito aos dispositivos discursivos ali percebidos sobre corpos dissidentes de gênero e sexualidade, especialmente aquele que Néstor Perlongher (1987) assimila como dispositivo da aids. O Objetivo deste texto é produzir uma historiografia LGBTQIAPN+³ Alagoana, tendo periódicos como fonte principal, mesmo frente ao desafio aparentemente contraditório, de realizar elaborações a partir da análise operações discursivas que assujeitaram corpos em Alagoas, silenciando, desumanizando e invisibilizando (TANIA REGINA DE LUCA, 2015).

¹ Mestranda do PPGH- ICHCA/UFAL- lukahbaby@gmail.com

² Neste texto, como fez Fernando Domingos (2023), objetivando produzir um texto político que resista às representações violentas em torno da doença, a sigla da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (aids) será citada no texto autoral em letras minúsculas.

³ LGBTQIAPN+ é uma sigla que abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais.

O DISPOSITIVO DA AIDS

Em a História da sexualidade: A vontade de saber, Michel Foucault (2020) afirma que a no século XVIII o sexo passou a ter um papel de centralidade na sociedade, a partir de uma série de práticas, saberes e tecnologias de poder que se articularam historicamente em torno da necessidade de gerir corpos e populações. O poder é exercido sobre a subjetivação através de tecnologias que incluem dispositivos que naturalizam o controle moldando as subjetividades e funcionam através dos sujeitos sobre os sujeitos.

Pensar a aids enquanto dispositivo, é algo realizado pelo antropólogo argentino Néstor Perlongher. No livreto *O que é AIDS*, da coleção Primeiros Passos lançado em 1987, Perlongher discorre sobre como o comportamento das pessoas, especialmente os homossexuais foi atravessado e modificado através da aids. A aids pode ser considerado um dispositivo porque com ela houve uma vigilância, tão sofisticada, que as pessoas passaram a acreditar que elas mesmas precisavam confessar suas práticas, o que possibilitava que o poder interferisse.

Em diálogo com Michel Foucault, Perlongher afirma que a aids higienizou a experiência dos homossexuais, suas práticas passaram a ser semelhantes a experiência monogâmica da heterossexualidade hegemônica. Até então, embora na ilicitude, tudo era possível, o dispositivo da aids permitia a homossexualidade, desde que se adaptasse a esse modelo. No mesmo livro, Perlongher também levanta que o poder médico estabeleceu aqui seu controle, sem levar em consideração as características dos brasileiros, especialmente no que diz respeito às práticas homossexuais masculinas, simplesmente importando regras que estavam de acordo com a experiência dos Estados Unidos, mas não a dos brasileiros.

O discurso da imprensa em Alagoas, nos anos 1985 e 1986, expressava a idéia de desimportância dos homossexuais ao construir imageticamente a condição de marginalidade inerente a estes corpos com grande parte das publicações sobre este grupo em boletins policiais. Com a ocorrência de casos de aids para além do eixo Rio-São Paulo em 1985, a aids entrou na agenda política do ministério da saúde e passou a ser notícia frequente na imprensa (SANDRA GARRIDO DE BARROS, 2018). O boletim epidemiológico reporta 140 casos em 1984, porém em 1985 são 573 casos e 1.206 no ano seguinte. (JANE GALVÃO, 2002)

Já havia notícias sobre aids nos jornais, mas elas surgem com mais frequência a partir do meio do ano de 1985. Uma reportagem em especial, que aborda o turismo chama a atenção. Entre os inúmeros simbolismos criados em torno da aids, está o de que a doença seria algo que vem de ou está em outro lugar (AGUIAR JÚNIOR, 2016), está elaboração se fez presente também na narrativa da imprensa alagoana, o que talvez harmonizasse com uma perspectiva

sobre Alagoas de região simples, “matuta” ou preservada. A reportagem utiliza o termo “câncer gay”, mesmo afirmando em seu próprio texto o caráter discriminatório da expressão.

Turismo pode influenciar surgimento de câncer Gay

O elevado fluxo turístico que atinge Maceió, sendo grande parte de seus visitantes provenientes do Exterior e do Sul do País, pode influenciar bastante no surgimento de casos de Aids, principalmente entre homossexuais. [...]

TERMO DISCRIMINATÓRIO

O termo “câncer gay”, é considerado bastante discriminatório. A Aids está assim identificada porque a popularização de sua contaminação foi divulgada amplamente através dos meios de comunicação como originária de relações sexuais entre homossexuais, sendo suas primeiras vítimas pessoas geralmente bissexuais ou os considerados “gay”. Daí a vulgarização do termo. Além de homossexuais, vítimas da são Aids pessoas que mantêm relações性uais com as pessoas consideradas de “terceiro sexo” pacientes de bancos de sangue que nunca perguntam o comportamento sexual do doador e outras formas, como a transfusão de sangue.

Para Fernando Sion “os homossexuais masculinos não devem ser doadores de sangue pela impossibilidade de detectar a condição sexual do indivíduo, que geralmente se nega a revelar. Principalmente os homossexuais identificados como “enrustidos”. Além disso, defende ele uma ampla campanha de conscientização da sociedade, atingindo não apenas os homossexuais masculinos. Sobre a possibilidade de a Aids ser disseminada através da prática do homossexualismo feminino, disse ser impossível. A não ser que uma das mulheres seja bissexual e também mantenha relação com uma pessoa do sexo masculino já possuidora da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida- Aids. A doença se revela através do ato de penetração, jamais da prática que envolve o ato sexual entre homossexuais femininos. [...]”

TRANSMISSÃO

Sobre a possibilidade do surgimento de casos e pacientes vítimas do “câncer gay”, entre os alagoanos, principalmente a partir da expansão do turismo, Fernando Sion lembrou o carnaval de 84 do Rio de Janeiro, com a vinda de dois aviões trazendo membros da comunidade gay de Nova York para participar do Baile “Gala Gay”. E a partir dali, acredita-se, houve maior disseminação da doença.

Destacou, também os homossexuais que utilizam saunas ou mantêm relações性uais com cinco, dez ou mais parceiros durante um mesmo dia. Eis aí uma possível vítima da Aids. Lembrou, ainda, que são comuns os pacientes que se apresentam como heterossexuais, que mantiveram relações性uais com travestis- alguns dizem que não sabiam se tratar de um elemento do mesmo sexo- e se tornam vítimas da Aids por ser quele elemento portador da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida- Aids. (JORNAL DE ALAGOAS, 03 de fevereiro de 1985, p. A-3),

Esta reportagem surge no início do ano, nela parece haver uma idéia geral do que era o discurso sobre a aids na imprensa. O tema aids foi abordado através de uma narrativa sobre identidades e práticas dissidentes de gênero e sexualidade. É flagrado no texto uma série de afirmações preconceituosas desumanizando (DEDIANE SOUZA, 2024) corpos dissidentes e doentes, que são os mesmos segundo esta narrativa.

A matéria afirma que pessoas que mantêm relações性uais com aquelas consideradas de “terceiro sexo” seriam às vítimas da aids. Nas entrelinhas, narrativas sobre a aids transmitiam a mensagem de que as sexualidades dissidentes não eram acometidas pela doença, mas a causa. Ora, o texto não atribui a condição de vítima as pessoas “terceiro sexo”, apenas as pessoas que

se relacionam sexualmente com elas, é como se as sujeitas nem importassem. A aids em si passou a ser encarada pela sociedade em geral como um problema, quando ficou latente que qualquer um poderia ficar doente com o aumento exponencial dos casos (SANDRA GARRIDO DE BARROS, 2018).

A lógica de “moral natural” que separava o grupo que dominava a estrutura oligárquica da sociedade alagoana poderia ser então uma farsa. O discurso expunha que as camas daqueles homens, não estavam sujeitas a cisheteronorma, e com a exposição há vigilância, assim o dispositivo da aids passa a funcionar (PERLONGHER, 1987). Homens comuns, os que não eram bichas, homens heteros, pais de família, simplesmente qualquer homem que não se enquadrava no estereótipo homossexual, também vivenciavam, ou poderiam vivenciar experiências dissidentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O dispositivo da aids, para ser operado, precisou antes de tudo revelar que a marginalidade imposta às travestis também era subvertida, tendo em vista que o desejo de alguns não era totalmente assujeitado ao poder. O dispositivo da aids estabeleceu sua vigilância expondo principalmente o comportamento sexual dos homens, incluindo práticas dissidentes como sexo com travestis no discurso e a partir daí passando a exercer um controle sobre os corpos ali envolvidos.

Diante disso, sendo travesti, é inevitável pensar que na produção historiográfica os atravessamentos sociais experimentados pelo historiador são fundamentais em sua elaboração narrativa (ADAM SCHAFF, 1995). Tal perspectiva sobre a produção historiográfica, torna-a muito mais complexa, uma vez que o historiador é desafiado a estabelecer uma verdade objetiva que só pode ser construída através da ética e do rigor metodológico. Quem dera esse fosse o único obstáculo a ser vencido. Em Alagoas há uma interdição ao pensar e produzir sobre gênero e sexualidade, a qual alguns fazem resistência e através dos afetos que os atravessam (MARILÉA ALMEIDA, 2020) elaboram angústias que pertencem à coletividade. No entanto, defendo que gênero e sexualidade não deve ser um tema exclusivo dos LGBTQIAPN+ (JUDITH BUTLER, 2018), haja vista que dispositivos de sexualidade articulados pelo poder, saber e discursos são articulados para disciplinar e docilizar corpos.

Em Alagoas, os primeiros textos historiográficos sobre os LGBTQIAPN+ foram produzidos nos últimos anos, apesar dos inúmeros desafios, através do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS) - ICHCA/UFAL - coordenado pelo

Prof. Dr. Elias Veras, com destaque especial para as obras *(Re)Existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil* (2023), organizada por Elias Veras, Joana Maria Pedro e Benedito Bisso Schmidt, *(In) Desejáveis: LGBTQIA+ e feminismo na imprensa de Alagoas (séc. XX)* (2024), organizado por Elias Veras e Roberta Sodó, e *Orgulho LGBTQIAPN+: Acervos, memórias e escritas de si. Alagoas (1990- 2022)* (2025), organizado por Elias Veras, Marcelo Nascimento e Cintia Ribeiro.

Palavras Chaves: Dispositivo, aids, imprensa, Alagoas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR JÚNIOR, Fernando Domingos de. Imagens da doença, políticas da notícia: **Cenários e representações da aids na imprensa paraibana (1980)**. 2016. 200 f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

ALMEIDA, Mariléa. **Corporeidades negras em risco: o racismo acadêmico e seus afetos**. In: Revista Humanidades e Inovação, v.7, n. 25, 2020, p. 42-50.

BARROS, Sandra Garrido de. **Política Nacional de Aids: construção da resposta governamental à epidemia HIV/aids no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2018.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: Notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: A vontade de saber**. 1. vol. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2020.

_____. **A Ordem do Discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2019.

_____. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2015.

GALVÃO, Jane. **1980-2001: uma cronologia da epidemia de HIV/AIDS no Brasil e no mundo**. In: Coleção ABIA. Políticas Públicas, n. 2. Rio de Janeiro: ABIA, 2002

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria. SCHIMDT, Benito Bisso (org). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, p. 111-153, 2015.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias**. São Paulo: Autêntica, 2022.

SOUZA, Dediane. **Dando o nome: narrativa de humanidade de travestis.** Fortaleza: Editora UFC, 2024. (Coleção Flecha, n. 4).

SCHAFF, Adam. **História e verdade.** 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). **(Re)Existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil.** Maceió: Edufal, 2023.

_____ ; SODÓ, Roberta dos Santos (orgs.). **(In) Desejáveis: LGBTQIA+ e feminismo na imprensa de Alagoas (séc. XX).** Maceió: Edufal, 2024.

_____ ; NASCIMENTO, Marcelo; RIBEIRO, Cíntia (orgs.). **Orgulho LGBTQIAPN+: acervos, memórias e escritas de si. Alagoas (1990–2022).** Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2025.

FONTES IMPRESSAS

Jornal Jornal de Alagoas. Janeiro/1985 - Janeiro/1986. Biblioteca Estadual Graciliano Ramos

Jornal Gazeta de Alagoas. Janeiro/1985 - dezembro/1985. Biblioteca Estadual Graciliano Ramos